

HABEAS CORPUS Nº 548.456 - SP (2019/0356362-3)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO NICOLAS PENCO JUVE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALYSON SANTOS ROMÃO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. REITERAÇÃO DO PLEITO FORMULADO NO HC N.º 544.317/SP. LITISPENDÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALYSON SANTOS ROMÃO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2214221-09.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 08/05/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque trazia consigo "50 (cinquenta) porções de cocaína, com peso aproximado de 39.67g, 48 (quarenta e oito) invólucros de crack, com peso aproximado de 16.89g, outros 50 (cinquenta) eppendorfs de cocaína, com peso aproximado de 21.9g, 27 (vinte e sete) eppendorfs de crack, com peso aproximado de 4.24g e 44 (quarenta e quatro) invólucros de maconha, com peso aproximado de 53.68g" (fl. 62). A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, alega a Defesa, em suma, que não houve fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva do Paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente.

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

No **HC n.º 548.232/SP**, a mim distribuído em 26/11/2019, foi formulada idêntica pretensão em favor do ora Paciente, tendo sido indeferido o pedido liminar em 27/11/2019.

O presente *writ*, portanto, é mera **reiteração** de pedido anterior, em que há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambas **a mesma decisão e a mesma matéria**.

Ocorre que não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, dois *habeas corpus* nos quais se constata **litispendência**, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir.

Assim, concluo pela inadmissibilidade do *habeas corpus*, porquanto "*não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em writ anteriormente impetrado nesta Corte*" (AgRg no HC 286.354/AC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 23/05/2014).

No mesmo sentido, v.g.: RCD no HC 423.298/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017; AgRg no HC 404.890/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora